

**UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

DHE – DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES E EDUCAÇÃO

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
EDUCAÇÃO ESPECIAL: DEFICIÊNCIA MENTAL E TRANSTORNOS
E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM**

**INCLUSÃO ESCOLAR:
O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS?**

RITA DE CASSIA DE AVILA FUMEGALLI

Ijuí – RS

2012

RITA DE CASSIA DE AVILA FUMEGALLI

**INCLUSÃO ESCOLAR:
O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS?**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, pelo Departamento de Pedagogia.

Orientadora: Professora Sonia Aparecida da Costa Fengler

Ijuí – RS

2012

RESUMO

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. Desenvolvida na década de 70, ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve também a família, a escola e a sociedade. Portanto, este é o foco do presente estudo: a inclusão de alunos com deficiência na classe regular. Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas nas classes da rede regular de ensino. Assim, pretende-se avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da classe comum, em que a maioria dos alunos, não apresenta tais necessidades. Acredita-se que essa situação traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimento desses alunos. O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores estão despreparados para atender a essa clientela. A escola no transcorrer da sua história, se caracterizou pela visão elitista da educação onde a escolarização é privilégio de um grupo – uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidenciou o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões normais da escola.

Palavras-chave: pessoas com deficiência – inclusão – escola regular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I BREVE HISTÓRICO: INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL	5
CAPÍTULO II INCLUSÃO E A TRANSFORMAÇÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL	17
2.1 INCLUSÃO/EXCLUSÃO	17
2.1.1 Integração/Inclusão	19
2.2 INCLUSÃO/SISTEMA EDUCACIONAL.....	24
CAPÍTULO III O PAPEL DO PROFESSOR E O CURRÍCULO ESCOLAR	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

O tema desta monografia é sobre a prática pedagógica diante do desafio da inclusão, especificadamente, o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Para o desenvolvimento do trabalho, busca-se responder ao questionamento: é possível uma prática pedagógica de qualidade, de forma a propiciar aprendizagem e realmente incluir crianças com deficiência, na rede regular de ensino?

Justifica-se a escolha desse tema, como forma de entender como se processa a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, perante uma sociedade que precisa vencer preconceitos, rever valores e buscar novos paradigmas diante de uma educação para todos.

É importante que se verifique ainda se na prática existem condições necessárias de aprendizagem, atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização dos alunos e, principalmente, se a inclusão propicia essa aprendizagem.

A pesquisa, objetiva também analisar como está o papel do professor diante desse desafio, que se refere a uma escola para todos sem exclusão. Uma escola que deve preparar o aluno para que possa viver com a diversidade, considerando que todos somos diferentes.

Como metodologia, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, recorrendo-se a autores e material disponível sobre a inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino.

No rumo da investigação a pesquisa se organiza em três momentos que se transformam em três capítulos. O primeiro momento recorre a história da inclusão e da educação especial, como suporte para a discussão.

O segundo momento diz da inclusão chegando ao contexto escolar e como este se transforma para receber este novo “conceito”. Por fim no terceiro momento trazemos para a discussão o professor e o currículo, envolvidos diretamente nesse processo.

CAPÍTULO I BREVE HISTÓRICO: INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na investigação deste tema de pesquisa se torna importante abordarmos as diferentes concepções da pessoa com deficiência no decorrer da história da humanidade. Os deficientes, os considerados “diferentes” da antiguidade até nossos dias, sempre foram marcados pela exclusão e trazem consigo a marca da rejeição. Rejeição essa marcada já no código de Hamurabi¹ onde a história já registra as primeiras notícias sobre o assunto. Já os filósofos Aristóteles e Herófilo, escreveram notas relacionadas a deficiência mental como alterações da estrutura cerebral.

A pessoa com deficiência, sempre foi considerada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural, que sempre ditou para a sociedade, critérios para a normalidade. Muitos termos foram usados para identificar pessoas com deficiência e atravessaram décadas buscando assumir um sentido de inovação na busca pela superação de preconceitos.

Durante muitos séculos usou-se o termo retardo mental, atualmente ainda presente nos mais importantes códigos de classificação de doenças. Na década de 1960 a pessoa deficiente ou com retardo era reconhecida como “indivíduo excepcional”, significando que se tratava de alguém especialmente talentoso, em uma tentativa de atribuir um sentido positivo aos indivíduos, superando assim as atitudes preconceituosas em que eram enunciadas. Em pouco tempo novas expressões passaram a circular, como por exemplo, pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoa especial, ou apenas especial, na tentativa de apagar o sentido da deficiência.

As diferentes formas de nomear podem apenas representar o esconderijo de velhas arapucas a maquiagem valores sociais contraditórios e a encobrir as tensões geradoras de novas formas veladas de exclusão (PAM, 2008, p. 28).

Nos Estados Unidos, até aproximadamente 1800, a grande maioria dos alunos com deficiência não eram considerados dignos de educação formal, embora esses fossem percebidos como irmãos participantes da comunidade. Para a maioria dos alunos pobres dos Estados Unidos deficientes ou não, a primeira dificuldade era simplesmente ter acesso à educação.

¹Um dos mais antigos conjuntos de leis escritas já encontradas, havendo divisão de classes.

No final da guerra Americana da Independência, em 1783, grupos e cidadãos ricos estabeleceram várias sociedades filantrópicas cuja principal preocupação era garantir que grupos marginalizados não ameaçassem a República e os valores norte-americanos vigentes na época. Os motivos da assistência social e do controle eram interligadas no funcionamento dessas instituições. Alguns líderes, da educação especial da época fizeram notáveis esforços para promover a ideia de que todas as crianças, incluindo as deficientes, deveriam ter direito ao ensino (STAINBACK, 1999, p. 37).

Um dos representantes desse movimento foi Benjamim Rush, médico do final da década de 1700, que foi um dos primeiros norte-americanos a introduzir o conceito da educação de pessoas com deficiência.

As instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em número e tamanho durante o final do século XIX até a década de 1950, ao mesmo tempo em que surgia uma nova tendência de escola conhecida como “escolas comuns”, nas quais a maioria das crianças eram educadas, embora vários grupos de crianças fossem excluídas das escolas públicas regulares. Entre 1842 e 1918, todos os estados legislaram o ensino obrigatório e as escolas públicas atraíram enorme quantidade de recursos para seu desenvolvimento (RURY, 1985; U. S. BUREAU OF THE CENSUS, 1975; U. S. DEPARTAMENTO EDUCATION, NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS, 1991).

Dentre os vários grupos de crianças excluídas das escolas públicas regular estão os afro-americanos e os nativos americanos que eram em grande parte educados em sistemas escolares separados. Da mesma forma, os alunos com deficiência mental visível em sua maioria continuaram sendo segregados. As instituições residenciais e as escolas especiais permaneceram sendo as indicadas para colocar alunos cegos, surdos ou com deficiência física. Os alunos com déficits de desenvolvimento em geral não tinham nenhum tipo de serviço educacional disponível e ficavam quase sempre nas alas dos fundos das grandes instituições do Estado.

A segregação é reforçada por Sigmon (1983, p. 3), quando cita: “Quase todas as crianças confinadas a cadeira de rodas, não treinadas no controle das funções fisiológicas ou consideradas ineducáveis eram excluídas, devido aos problemas que seu ensino iria envolver”.

Existem referências sobre a legalização do infanticídio das crianças deficientes até o século IV. Neste período a luta do bispo S. Nicolau Taumaturgo foi grandiosa e o mesmo passou a ser considerado o grande protetor e defensor destes seres humanos.

Na antiguidade predominava o abandono e a eliminação das pessoas com deficiência. O deficiente na Idade Média era tido como fruto da ação demoníaca sendo considerado pela igreja como um castigo merecido aos pais.

A excepcionalidade foi vista sob o enfoque patológico onde o indivíduo era um eterno doente, inválido, incapaz, sem condições de sobreviver por sua própria capacidade, e temos como exemplo claro o filme *O Corcunda de Notre Dame* onde o Quasimodo, personagem que interpreta um deficiente físico, coxo e deformado que vivia isolado na torre da Catedral de Paris, sem direito a conviver ou participar da sociedade.

Já na Idade Contemporânea inicia uma grande preocupação com a educação das pessoas com deficiência e a proliferação dos discursos em prol das diferenças, preocupação essa de pouca valia já que a segregação fazia parte da realidade dessa época, deixando, até os dias atuais, efeitos ainda prejudiciais às pessoas com deficiência, às escolas e à sociedade em geral.

A guerra do Vietnã foi responsável por um aumento impressionante de deficientes, que além de comprometimentos físicos, apresentavam grandes problemas de readaptação social ao retornar da guerra, muitas vezes por problemas emocionais, levando-os a isolarem-se da vida em sociedade. O problema do isolamento dos deficientes tornou-se tão grave, que levou à reação social, através dos movimentos de defesa dos direitos das minorias, entre elas os deficientes. A ideologia da normalização foi um dos produtos desse momento histórico.

Essa ideologia é discutida por Braddock (1977, p. 4) que define normalização como o “conjunto de ideias que refletem as necessidades sociais e aspirações de indivíduos atípicos na sociedade”.

Referiu-se a normalização como um processo de ajuda ao deficiente, no sentido de garantir a ele condição de existência o mais próximo possível das normas e padrões da sociedade.

Hoje, sabe-se que não se trata de normalizar as pessoas, mas de “normalizar” o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer aos deficientes modos e condições de vida os mais compatíveis com suas limitações, incluindo-os no restante da sociedade a fim de que possam desenvolver o máximo suas potencialidades.

Com os avanços dos Direitos Humanos registraram-se consideráveis progressos na conquista da igualdade e do exercício de direitos e o que se sente e observa atualmente, tendo como grande enfoque, é a busca da inclusão destas pessoas historicamente marcadas pela segregação, pelo preconceito e pela rejeição.

A Educação Especial que irá surgir ao longo dos tempos retrata a concepção e a visão da deficiência próprios de cada momento histórico, político e social, onde muitas vezes o que predominava era a educação elitista sendo que poucas instituições ofereciam

atendimento aos deficientes revelando assim a pouca preocupação com sua educação e com o nível de segregação a que estavam submetidos.

As grandes tendências que marcaram o início do século XX e determinaram a direção pedagógica do atendimento educacional das pessoas com deficiência foram a vertente médico-pedagógica, embora a prioridade fosse o atendimento médico, mas a questão pedagógica foi significativa.

De acordo com Mazzota (1996), a educação especial no Brasil é marcada por dois períodos: de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais, particulares e isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais e de âmbito nacional.

No Brasil, até a década de 50, praticamente quase não se falava em Educação Especial, mas na educação de deficientes.

A Educação Especial passa, no final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e que o termo excepcional passa a ser utilizado. Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate das diferentes formas de se entender a deficiência e, portanto, seus paradigmas de atendimento.

Na década de 70 criam-se então as classes especiais e constata-se a necessidade de integração social dos indivíduos que apresentam deficiência, começando um movimento cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, registrando nesta época muitos avanços na conquista da igualdade e do exercício de direito aumentando aos poucos a pressão, de toda uma comunidade envolvida, para que o Estado reconhecesse cada vez mais a Educação Especial como responsabilidade e dever. Surgem programas de reabilitação global, incluindo a inserção profissional de pessoas com deficiência.

A partir da década de 80 surgem, em nosso país, principalmente no Rio Grande do Sul, os estudos e aplicações da estimulação precoce, em crianças de zero a três anos de idade que apresentam alguma alteração global em seu desenvolvimento, tanto na área hospitalar e médica, como nas escolas especiais e, posteriormente, nas creches e escolas infantis. A partir desta nova abordagem dinâmica no tratamento de bebês com deficiência mental, inicia-se a intervir mais precocemente nas desordens neuromotoras, cognitivas e afetivas desses sujeitos, modificando o prognóstico de aprendizagem dos mesmos (MOSQUERA; STOBBAUS, 2004, p. 19).

A trajetória de luta em busca da educação e principalmente da luta pelos seus direitos como cidadãos, apesar de suas deficiências, deve-se ao determinante papel exercido pelas instituições particulares e de caráter filantrópico. Foram estas que organizaram grandes

movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência e trouxeram para o eixo das discussões os direitos tão sonogados ao longo do tempo, denunciando a discriminação, o preconceito e a falta de programas educacionais básicos.

Desde meados dos anos 80 e princípio dos 90, inicia-se no contexto internacional um movimento materializado por profissionais, pais e as pessoas com deficiência, que lutam contra a ideia de que a educação especial, embora colocada em prática junto com a integração social, estivera enclausurada em um mundo à parte, dedicado à atenção reduzida proporção de alunos qualificados como deficientes. Surge também mais ou menos nesta época o movimento que aparece nos EUA denominado “Regular Education Initiative” (REI), cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, out. 2005).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino cuja aplicação permeia todo o sistema educacional do país e visa proporcionar a pessoa com deficiência a promoção de suas capacidades, o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho e aquisição de conhecimentos.

Também, segundo o Ministério da Educação e Cultura, Espanha (Madri, 1988) “É o conjunto de recursos educativos postos a disposição de alunos que em alguns casos possam necessitar, de forma transitória ou de forma mais continuada ou permanente” (Las necesidades Educativas Especiales Madrid, REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010).

O papel da Educação Especial é de grande importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que existem 600 milhões de pessoas com deficiência no planeta, sendo que, 400 milhões nos países em desenvolvimento. Dados do Banco Mundial apontam que pelo menos 79 milhões de indivíduos com deficiência estão na América Latina e Caribe, dos quais vinte e quatro milhões são brasileiros. O Censo Demográfico (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística aponta que existem aproximadamente 3.605.183 jovens com pelo menos uma deficiência (14,7% do total de jovens) (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010).

Segundo Bueno (1993):

A Educação Especial tem cumprido na sociedade duplo papel, o de complementaridade da educação regular, atendendo de um lado a democratização do

ensino, na medida que responde as necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares do ensino; do outro, responde ao processo de segregação legitimando a ação seletiva da escola regular (MOSQUERA; STOBBAUS, 2004, p. 23).

No final da década de 80, surge o movimento de inclusão que desafia qualquer situação de exclusão, tendo como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como preceitos o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passam a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar.

Registram-se muitos avanços, na conquista de igualdade e do exercício de direito, através de marcos legais nacionais e internacionais que vieram fortalecer a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Merecem destaque:

- Lei nº 4024/61

Aponta que a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação.

Nesse período a educação dos deficientes é feita por classes especiais, instituições e oficinas separadas da educação regular, acentuando com isso as diferenças mesmo com a possibilidade de desenvolver habilidades nos indivíduos que a escola regular não conseguia. Ocorria também o encaminhamento de indivíduos com deficiência, a postos de trabalho após um longo período em oficinas.

- Lei nº 5692/71

Prevê “tratamento especial aos excepcionais”.

De acordo com Carvalho, as escolas e as classes especiais passaram a ter um elevado número de alunos com “problemas” e que não necessitariam estar ali.

A oficialização da educação especial e de classes especiais se deu em consequência dessa lei, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial.

- Parecer nº 848/72 do CFE

Sugere a “adoção” de medidas urgentes para que também o campo de ensino e amparo ao excepcional seja dinamizado.

- A Constituição Federal (1988)

Assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de

discriminação” (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seguida, no Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, Inciso III).

Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

- Lei nº 7853/89

Prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

- Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)

Foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (p. 4).

Assim, essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência.

- Declaração de Salamanca (julho de 1994)

Devido a inquietação que a exclusão de pessoas com deficiência causava nos países da Europa e também para reafirmar o direito de “Educação para todos” em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizaram a Conferência Mundial de Educação, encontro realizado pelo governo espanhol e pela UNESCO, dando ênfase a Educação Integradora, capacitando os professores e escolas para atender as crianças, jovens e adultos deficientes. Proclama também que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com deficiência devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p. 330).

Fica evidente que a Declaração de Salamanca realça no princípio orientador o desafio da educação inclusiva lançado às escolas, no intuito de que devem acolher e ensinar a todos os alunos.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96

Aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

É importante destacar que a LDBEN garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades;
- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

- Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala, 2001)

A Convenção da Guatemala foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Fica claro, nessa Convenção, que todas as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos das outras pessoas de não serem discriminadas por terem uma deficiência. Esse documento tem como objetivo “prevenir e eliminar todas as formas de discriminação

contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (Artigo 2º).

No Artigo 1º (nº 2, “a”) a Convenção traz a definição do termo discriminação:

O termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Esse documento deixa claro que pessoas com deficiência não podem receber tratamento desigual. A discriminação é compreendida como forma de diferenciação, restrição ou exclusão com base na deficiência.

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)

O Artigo 24 dessa Convenção reconhece o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Neste artigo consta que os Estados Partes deverão assegurar que:

- as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- as pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e
- efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena.

É assegurado, a partir dessa Convenção, o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular, não podendo haver qualquer tipo de discriminação por apresentarem uma deficiência. Sendo garantido também o direito ao apoio necessário para facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência, apoio esse que pode ser oferecido pelo Atendimento

Educacional Especializado (AEE) levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (janeiro de 2008) estabelece que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis (Educação Básica e Ensino Superior) e realiza o Atendimento Educacional Especializado sendo este complementar e/ou suplementar no ensino regular, devendo o aluno receber atendimento de acordo com suas necessidades educacionais específicas.

Esse documento define ainda quem são os alunos atendidos pela Educação Especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Essa política tem por objetivo: (...) o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- atendimento educacional especializado;
- continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- formação dos professores para o Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- participação da família e da comunidade;
- acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 14).

Com essa nova visão e nova proposta é dado um novo enfoque a Educação Especial, onde é lançado à escola o desafio de questionar e se ampliar no atendimento das diferentes formas de construção de aprendizagem, tendo como meta o aluno.

- Decreto nº 6.571/2008

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento educacional

especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede pública de ensino regular.

Esse documento define o Atendimento Educacional Especializado como sendo “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Artigo 1º, Parágrafo 1º).

Consta ainda neste decreto, as ações que serão realizadas pelo Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado. Dentre essas ações estão a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores para o AEE, a formação de gestores e professores para a educação inclusiva, as adaptações arquitetônicas das escolas, a produção e distribuição de recursos para a acessibilidade.

- Decreto nº 6.949, 25 de agosto de 2009

Tem como propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito por sua dignidade inerente.

Esses e muitos outros fatores contribuiram para a efetivação do atendimento as pessoas com deficiência, reafirmando que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, assegurado pela Constituição Brasileira no Art. 205, promovendo assim uma sociedade que aceite e valorize as diferenças sem exceção.

Para que aconteça realmente uma “educação para todos” é primordial que seja feita uma verdadeira revolução dos conceitos, uma transformação de mentalidades “cheias” de preconceitos, para que se desencadeie um movimento realmente inclusivo de respeito, dignidade, integração em prol das pessoas com deficiência que só será possível quando acontecer uma mudança de postura de profissionais da educação com programas políticos responsáveis e competentes.

Devemos, então, conviver, respeitar, tolerar, acolher e aceitar as diferenças, e para que isto aconteça se faz necessário que seja fomentado em crianças desde a mais tenra idade e em todos os níveis do sistema educacional uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiência. Somente dessa maneira, teremos adultos que valorizam e respeitam a igualdade como um direito básico de todo cidadão e não como algo que precisa ser conquistado.

Nesse contexto, Paulo Freire vem nos dizer que: “a inclusão não é uma utopia, mas uma oportunidade a ser realizada, desde que todos nós iniciemos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de práticas de exclusão”.

É fundamental que professores, alunos considerados “normais” e o Poder Público cumpra cada qual o seu papel de instância crítica da realidade e a escola de formadora de cidadãos que possam participar da vida em comunidade. Para maximizar a aceitação e a paz social, todas as crianças devem ter a oportunidade de tornarem-se membros regulares da vida educacional e social.

Esse momento da pesquisa nos remete a reflexão da transformação do sistema educacional, que se apresenta a seguir.

CAPÍTULO II INCLUSÃO E A TRANSFORMAÇÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL

2.1 INCLUSÃO/EXCLUSÃO

A humanidade demonstra através dos tempos uma história de preconceitos e discriminação que, vem gerando, por muitas décadas, movimentos de exclusão em todos os níveis da sociedade.

A exclusão social vem desde a antiguidade, onde mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas consideradas fora do que é normal pela sociedade eram excluídas, mas o fenômeno na época era tido como natural.

A crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea, da evidência à pobreza, tornando a exclusão social com maior visibilidade e força. Mais tarde, os efeitos dessa exclusão despontam, gerando desemprego prolongado onde muitos passam a ser socialmente excluídos. Nesta época, a exclusão passa a ser tema centralizador nos diversos meios da sociedade.

A exclusão ocorre devido à práticas e valores da cultura que orientam as ações do homem. É o resultado de um processo histórico de construção de valores morais por parte das diferentes culturas. Este movimento do que é normal/anormal, também parte para a educação e provoca movimentos no contexto escolar.

A escola no seu percurso histórico se caracterizou como uma educação seletiva em que grupos minoritários tinham privilégios. Entretanto, sabemos que a escola pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, criando condições para que na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro.

A partir de meados do século XX com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 20).

A educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

Vivemos em uma época em que é possível ser diferente, mas não é possível viver e demonstrar a diferença, e isto é percebido no momento em que uma sociedade que luta por liberdade de expressão discrimina pessoas em razão de diferenças de características intelectuais, físicas, culturais, sexuais, sociais, linguísticas, discriminando ainda as pessoas que não vão às aulas porque trabalham e também aquelas que de tanto repetir desistiram de estudar, entre outras estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

Para Mills (1999, p. 25) o princípio que rege a educação inclusiva é: “o de que, todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças”.

De fato, todos devem fazer parte, do Sistema Educacional inclusivo onde deve ser proibido a utilização de práticas discriminatórias para que se garanta igualdade de oportunidades. Discriminação que, muitas vezes, acontece em condutas veladas que frustram e que negam ou restringem o direito de acesso a um direito que é de todos.

O movimento em favor da inclusão tem como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Significa que, todos os alunos têm o direito de frequentar a escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com oportunidades iguais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Obrigação essa que se dá como direito de todos, indiferente de qualquer tipo de diferença.

Segundo Mantoan (2003) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Ainda citando a educadora: “Costumo dizer que estar

junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro”.

Incluir vem do latim *includere*; que significa compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte, figurar entre outros; pertencer juntamente com outros. Em nenhum momento essa definição pressupõe que o ser incluído precisa ser igual ou semelhante aos demais aos quais se agregou.

Quando se fala de uma sociedade inclusiva, pensa-se naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que se aprende a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos.

Isso implica numa sociedade onde cada um é responsável pela qualidade de vida do outro, mesmo quando esse outro é muito diferente de nós.

Semanticamente incluir e integrar têm significados muito parecidos, o que faz com que muitas pessoas utilizem esses verbos indistintamente. No entanto, nos movimentos sociais inclusão e integração representam filosofias totalmente diferentes, ainda que tenham objetivos aparentemente iguais, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

2.1.1 Integração/Inclusão

Os mal-entendidos sobre o tema começam justamente aí. As pessoas usam o termo inclusão quando, na verdade, estão pensando em integração.

Quais são as principais diferenças entre inclusão e integração?

O conteúdo das definições abaixo é de autoria de Claudia Werneck, extraído do primeiro volume do Manual da Mídia Legal (apud MELERO, 2002).

Inclusão: a inserção é total e incondicional (crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular).

Integração: a inserção é parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares).

Inclusão: exige rupturas nos sistemas.

Integração: pede concessões aos sistemas.

Inclusão: mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; TODAS ganham).

Integração: mudanças visando prioritariamente a pessoa com deficiência (consolida a ideia de que elas “ganham” mais).

Inclusão: exige transformações profundas.

Integração: contenta-se com transformações superficiais.

Inclusão: sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS.

Integração: pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes.

Inclusão: defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência.

Integração: defende o direito de pessoas com deficiência.

Inclusão: traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS.

Integração: insere nos sistemas os grupos de “excluídos” que provarem estar aptos (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão).

Inclusão: o adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.).

Integração: o adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.).

Inclusão: valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.).

Integração: como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (exemplos: surdos se concentram melhor; cegos são excelentes massagistas).

Inclusão: não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais.

Integração: tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção.

Inclusão: não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente.

Integração: a presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador.

O processo de incluir pessoas com deficiência na escola significa uma revolução educacional e é um caminho fundamental para que se atinja também a inclusão social, constitui uma meta cada vez mais firme nos diferentes sistemas e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar o objetivo de uma sociedade que almeja a igualdade para todos.

A proposta de um sistema educacional inclusivo passa, então, a ser percebida na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência, depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e, essa condição não é comum aos sistemas educacionais e a maioria dos professores.

Incluir não deve ser uma imposição, mas um modo de pensar.

A inclusão de pessoas com deficiência na escola supõe considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam no reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, embora em alguns momentos, observamos que muitas escolas e/ou professores não estão vivendo a inclusão como sinônimo de entender essas diferenças. Sabe-se que é difícil, muitas vezes devido ao número de alunos que excede nas turmas, mas é importante compreender o outro com sua diferença e tentar oferecer um ensino adequado. Pois entende-se que todo o ser humano, independente de sua deficiência é possuidor tanto de capacidades quanto de limitações.

Devido a todo um percurso histórico e cultural sabemos que muitos professores ainda não estão preparados para lidar com as limitações e individualidades a fim de que, realmente todos os alunos sejam incluídos e, ao mesmo tempo, analisar o que é “estar” excluído em uma sociedade que se diz “igualitária”.

A inserção de alunos com deficiência em classe comum não acontece como um passe de mágica é uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência, aluno sem deficiência, família, professores e comunidade escolar.

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p. 17).

Com certeza, esse medo de mudar, de abandonar o que por muito tempo nos dá segurança faz com que a educação inclusiva não consiga ainda se configurar totalmente na educação brasileira, como uma proposta que verdadeiramente corresponde a uma luta por uma

escola que não discrimina, não rejeita nenhum aluno e que só assim consegue ser justa e para todos.

É bom lembrarmos sempre no fato de que a escola tradicional não dá conta das condições necessárias às mudanças propostas por uma educação aberta às diferenças. Ela não foi concebida para atender a diversidade do aluno e tem, ainda e apesar das mudanças, uma estrutura rígida e seletiva, no que diz respeito a aceitação e a permanência de alunos que não preenchem as expectativas acadêmicas clássicas, centradas na instrução e na reprodução de conteúdos.

A estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula.

A escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando a estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição.

Segundo Mantoan (1988):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Para descrever o percurso da educação inclusiva, observa-se o cenário educacional brasileiro sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da sua implementação.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os

alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com as suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte.

Para a maioria dos profissionais que atuam em nossas escolas hoje, é difícil entender a possibilidade de se fazer inclusão. Essa resistência é aceitável e compreensível, diante do modelo pedagógico-organizacional conservador que vigora na maioria das escolas. Poucos são os profissionais que se arriscam a encarar a ideia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas.

Na maneira tradicional de ensinar, a competição entre os alunos e a homogeneização das respostas e de comportamentos esperados, a “transmissão” do conhecimento e o pavor de errar impedem alunos e professores de contemplar as diferenças e de reconhecer a riqueza que elas aportam ao desenvolvimento dos processos educativos, dentro e fora das escolas.

Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável da escola, pois a educação básica é um

dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar.

Se hoje já pode-se contar com uma Lei Educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, serviços de itinerância).

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ação novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

O mérito da escola inclusiva não é apenas proporcionar educação de qualidade a todos. Sua criação constitui passo decisivo para eliminar atitudes de discriminação, onde a comunidade escolar acolhe a todos. Implica, portanto, num processo de mudança que consome tempo para as necessárias adaptações e requer providências indispensáveis para o bom funcionamento do ensino inclusivo.

2.2 INCLUSÃO/SISTEMA EDUCACIONAL

É de suma importância termos consciência que a educação inclusiva não se faz apenas por decretos ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva requer mobilização, discussão e ação de toda a comunidade escolar.

Concretizar a inclusão é um grande desafio já que envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Mudar concepções já solidificadas e

enraizadas em nome de um outro modelo de educação não é uma tarefa fácil, principalmente quando as mudanças vão favorecer pessoas que foram injustiçadas, excluídas e marginalizadas na sociedade e conseqüentemente na escola.

O número de alunos incluídos na educação inclusiva, nos últimos anos, triplicou, no entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis que os amparam e beneficiam ainda deixam um grande contingente de pessoas com deficiência fora da rede regular.

Nós, profissionais da educação, desejamos uma educação realmente inclusiva e de qualidade para todos, mas as formas de atingir esses ideais ainda não são claras em nossa sociedade, isto porque passamos por um momento de mudança, de reorganização e de quebras de paradigmas.

Sonhamos com uma escola inclusiva onde os sistemas educacionais modifiquem não apenas as suas atitudes e expectativas em relação aos alunos, mas que se organizem para construir uma real escola para todos, que dê conta das especificidades das diferenças.

A educação inclusiva como diretriz para a transformação na estrutura da escola foi definida pelo Ministério da Educação como política pública que assumiu sua disseminação por meio do programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, iniciada em 2003. Essa ação conduziu um processo amplo de reflexão nos sistemas educacionais sobre as formas tradicionais do pensamento pedagógico e de ruptura com a concepção determinista da relação entre condições históricas, desvantagens sociais, deficiência e a não aprendizagem.

Alguns teóricos do nosso país defendem a inclusão escolar total, incondicional para TODOS, como consequência da transformação do ensino regular.

Mantoan (1998, p. 3) propõe:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

A verdadeira transformação da escola acontecerá quando realmente criarmos condições para que TODOS os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo.

Para Mittler (2001), “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”.

De acordo com o autor a inclusão não representa simplesmente transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, ela requer uma mudança na mente e nos valores,

para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente à sua filosofia está a celebração da diversidade.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p. 12).

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação a fundamentação, a prática pedagógica e aos aspectos cotidianos da escola.

Os indicadores de exclusão na escola nos mostram que os sistemas de ensino conhecem pouco sobre a desigualdade e suas consequências sociais, não considerando, muitas vezes, as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos alunos e a necessária adequação do contexto escolar de forma que as desvantagens não traduzam em uma baixa expectativa em relação ao seu processo educacional e se revertam em políticas de superação das dificuldades.

Ao longo da trajetória da educação, as condições históricas dos alunos têm sido utilizadas como razão para justificar e avaliar a não aprendizagem e o acesso restrito ao conhecimento, sem estabelecer o vínculo entre a aprendizagem e o ensino, a atenção as suas necessidades individuais e os apoios educacionais, considerando todos eles como parte do projeto pedagógico desenvolvido pela escola.

A educação inclusiva orientada pelos princípios dos direitos humanos e pela proposta pedagógica de que todos podem aprender passa a contrapor o paradigma tradicional da organização do sistema educacional, que conduzia políticas especiais para pessoas com deficiência definidas no modelo de segregação e de integração, com ênfase na abordagem clínica². Seguindo a lógica de escolas especiais organizadas a partir da identificação da deficiência ou do encaminhamento desses alunos para classes especiais, essas políticas conduziram a espaços segregados, entendidos como seu lugar de destino, que acabam por discriminar e excluir alunos em razão de deficiências, desvantagens, dificuldades e atitudes.

²Refere-se ao modelo médico da identificação e diagnóstico de níveis de capacidade das pessoas com deficiência.

A partir dessa compreensão, os professores, na sua relação com a comunidade podem identificar elementos que contribuam na elaboração de estratégias pedagógicas, favorecendo a intervenção no enfrentamento da exclusão educacional e social. Uma tarefa fundamental é organizar as escolas para a eliminação das barreiras, o fortalecimento das relações entre a escola e a família, o acesso aos serviços sociais da comunidade, o planejamento participativo, a troca de experiências no trabalho pedagógico e o desenvolvimento de mecanismos de gestão que priorizem a inclusão educacional.

O período de transição entre a concepção educacional da integração para a inclusão coincide com fatores contemporâneos que colocam a competitividade e a efetividade da escola sob a ótica do domínio de conteúdos e desvalorizam outros saberes, excluindo grande parte dos seus alunos, enquanto deveriam ser construídas estratégias de desenvolvimento das potencialidades dos alunos e experiências democráticas de aprendizagem em todas as escolas.

As escolas podem avançar no desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança enfatizando a responsabilidade dos educadores em ensinar as crianças com ou sem deficiência a partir da desconstituição do discurso da deficiência que envolve uma proposta de escola que não é capaz de beneficiar todos os alunos. A ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação para a inclusão, o uso de novas abordagens pedagógicas, o investimento na educação infantil, o conhecimento do percurso educacional dos alunos e a construção de políticas de atenção às diferenças no ensino regular provocam um impacto significativo sobre a qualidade da educação.

E esse é um dos desafios fundamentais de uma educação que contribua para quebrar o encanto do desencanto, para nos livrar da resignação, para recuperar ou para construir nossa consciência em critérios de igualdade de justiça, uma sociedade na qual a proclamação da liberdade individual não questiona os direitos e a felicidade de todos. Uma sociedade em que a diferença seja uma possibilidade para a construção de nossa autonomia, não o argumento para legitimar injustas desigualdades econômicas, sociais e políticas (GENTILI, 2003, p. 54).

Se as diferenças forem asseguradas aumenta a potencialidade da escola para a construção de uma sociedade mais igualitária, sem preconceito nem discriminação ou outras formas de intolerância. Isso é reforçado por Gomes (1999) quando diz que “a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram”.

Figueiredo (2002) aponta ainda que:

As diferenças são desejáveis, porque enriquecem, ampliam e permitem a identificação/diferenciação; as desigualdades, ao contrário, produzem inferioridade,

porque implicam relações de exploração. Enquanto as diferenças se assentam na cooperação, as desigualdades ocasionam competição.

Trabalhar com a diferença é compreender que o ensino, o apoio, os recursos didático-pedagógicos, a metodologia, a proposta curricular e a avaliação da aprendizagem devem beneficiar a todos em sala de aula e não apenas a alguns, por serem categorizados como “inclusos” tornando-se assim “privilegiados”.

Conforme a lei³ n° 9.394 todas as crianças têm o direito de frequentar uma escola regular, em que possam conviver com outras crianças e demais membros da comunidade escolar, socializando-se e aprendendo aquilo que for capaz de absorver nesse momento, sempre dentro de suas possibilidades.

Crianças com deficiência são beneficiadas quando frequentam uma escola regular, onde recebem informações iguais as recebidas pelos colegas, mesmo que tenham um tratamento diferenciado e, onde terão condições propícias para construir uma posição subjetiva que dê conta da alteridade. Uma vez que é função da escola colocar limites, interditar, mostrar a lei da sociedade. E, dessa forma estará contribuindo para uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Sabemos que a escola pode perpetuar preconceitos, mas também pode desconstruí-los. Esta é uma tarefa para os gestores e os educadores, comprometidos com os direitos humanos.

Percebe-se que, com o ingresso de alunos com deficiência nas escolas, muitos professores estão tendo que rever procedimentos antigos e preparar-se para o novo. Da mesma forma que os pais e as crianças, os docentes ficam ansiosos e confusos, sobretudo no momento inicial.

Sabe-se que muitos não têm formação para lidar com as diferenças em sala de aula e que também não dispõem de condições subjetivas para dar conta da classe e, ao mesmo tempo atender uma criança com deficiência, junto com os demais, que, algumas vezes, lhe solicita atenção e perturba o ambiente de sala de aula, se torna algo do registro do impossível para determinado professor.

³Como qualquer cidadão, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita assegurada por lei, preferencialmente na rede regular de ensino e, se for o caso, à educação adaptada às suas características em escolas especiais, conforme estabelecido nos arts. 58 e seguintes da Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto n° 3.298/99 e art. 2° da Lei n° 7.853/89. Disponível em: <<http://www.caade.mg.gov.br/pdf/cartilha.pdf>>.

É importante que o professor tenha no seu horizonte que cada caso seja avaliado como único, pois as reações de cada aluno são variáveis. Existem muitas crianças que, no ambiente escolar, demonstram comportamento distinto do ambiente familiar. E, geralmente, seu comportamento reflete a maneira como é tratado, o que remete a maneira como a criança se relaciona.

A política da educação inclusiva, no Brasil, fundamentada entre outros documentos internacionais, na Declaração de Salamanca (1994), afirma que as escolas regulares com orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, porém a educação está longe do ideal. A coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade, da Faculdade de Educação da Unicamp, Maria Tereza Eglér Mantoan afirma que o melhor atendimento escolar para pessoas com deficiência, como também para qualquer outra criança, é mesmo a escola regular.

O complemento oferecido pela educação especializada não diz respeito ao ensino de conteúdos curriculares da escola comum: alfabetização, matemática, ciências etc., mas ao ensino de recursos, linguagem, uso de equipamentos, códigos que sirvam para os alunos enfrentarem as barreiras que suas deficiências impõem à aprendizagem nas salas de aula das escolas comuns: código Braille, Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua portuguesa como segunda língua para surdos etc.

A organização de salas de recursos multifuncionais se constitui como espaço de promoção de acessibilidade curricular aos alunos das classes comuns do ensino regular, onde se realizam atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outras complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação nas escolas.

Em uma escola inclusiva, o ensinar e o aprender são processos dinâmicos, onde a aprendizagem não fica restrita a conteúdos e ao espaço físico da escola, ela transcende.

Ao discutir a escola inclusiva, Carvalho (2004, p. 115) destaca algumas das inúmeras funções de uma escola que busca se enquadrar nessa perspectiva de educação:

- desenvolver culturas, políticas e práticas inclusivas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar;
- promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade;
- criar espaços dialógicos entre os professores para que, semanalmente, possam reunir-se como grupos de estudo e de troca de experiências;
- criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas;
- estabelecer parcerias com a comunidade sem intenção de usufruto de beneficiar apenas e sim para conquistar a cumplicidade de seus membros, em relação às finalidades e objetivos educativos;
-

acolher todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar; - operacionalizar os quatro pilares estabelecidos pela UNESCO para a educação deste milênio: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, tendo em conta que o verbo é aprender; - respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem; - valorizar o trabalho educacional escolar na diversidade.

Ainda, segundo a autora “as citações são apenas algumas considerações para educadores, que possuem vontade de contribuir como profissional consciente na aprendizagem de todos os alunos, como cidadãos, plenos de direitos e deveres”.

Em relação ao ambiente escolar favorável à inclusão Soodak (2003) faz referências ao desenvolvimento de estratégias para melhorar a qualidade global do ambiente da sala de aula para acolher os alunos com deficiência. Essas estratégias contemplam a organização de um ambiente no qual os alunos se sentem acolhidos, seguros e apoiados.

Suas principais sugestões são: criar uma comunidade inclusiva, promover o sentimento de pertença, facilitar a aproximação das crianças, favorecendo a amizade entre os alunos, desenvolver a colaboração entre pais e professores e entre professores e outros membros da escola. Apoiar e incentivar comportamentos positivos em todos os alunos e não apenas naqueles que demonstram comportamentos inadequados ao ambiente escolar, evitando punições e expulsões.

É bom lembrarmos sempre que, a inclusão escolar como consequência da transformação das nossas escolas significa o caminho para que seja garantido o direito incondicional à escolarização de todos. Uma escola inclusiva, ética e de qualidade para todos tem na cooperação e na solidariedade instrumentos imprescindíveis para uma real aprendizagem de todos os alunos.

Mantoan (2000, p. 7-8), observa que as escolas abertas à diversidade são escolas:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos.

Quando pensamos em educação inclusiva e uma escola realmente para TODOS é interessante lembrarmos o que diz Paulo Freire ao redefinir o conceito de educar.

Para ele, o processo educacional deve partir da vida e da realidade local do educando. Isso possibilita desenvolvimento da consciência crítica dos educandos, para combater as formas de opressão, injustiças e desigualdades, e construir formas de libertação, justiça e solidariedade.

Assim todas essas questões se remetem a operacionalização dessas estratégias, que envolvem o lugar do professor e também os currículos escolares.

CAPÍTULO III O PAPEL DO PROFESSOR E O CURRÍCULO ESCOLAR

A escola, em toda a sua trajetória histórica não foi pensada para atender a desigualdade. Toda a estrutura e funcionamento da escola regular é mais confortável ao considerar a semelhança do que com a diferença entre os alunos.

O número de alunos categorizados como deficientes foi ampliado enormemente nos últimos anos, abrangendo todos aqueles que não demonstram bom aproveitamento escolar. O aparecimento de novas terminologias contribuem para aumentar a confusão entre casos de deficiência e aqueles que apenas apresentam problemas na aprendizagem, que muitas vezes surgem as práticas escolares.

A deficiência coloca em xeque a função primordial da escola comum que é a produção de conhecimento, pois o aluno com deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola.

Percebe-se que atitudes discriminatórias persistem na sociedade devido à falta de informação e/ou inexperiência, da convivência com o diferente. A resposta educativa à diversidade e a igualdade em educação são, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da atualidade. Alcançar os objetivos da prática educativa requer trocas nas concepções, atitudes e envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente, das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

A partir da segunda metade do século XX, começa a viver – não sem contradições e conflitos – um momento de maior consolidação de algumas demandas dos movimentos sociais e da sua luta pelo direito à diferença.

É possível perceber alguns avanços na produção teórica educacional, no Governo Federal, no Ministério da Educação, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nos projetos pedagógicos das escolas, na literatura infanto-juvenil, na produção de material didático alternativo e acessível em consonância às necessidades educacionais especiais dos alunos (INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO, 2008, p. 27).

Na última década houve vários avanços nas políticas de inclusão. Propostas de educação inclusiva começam a acontecer nas redes de educação e nas escolas.

A Educação Inclusiva tem por objetivo entender as diferenças, mantendo-as ativas, encorajando o seu aparecimento e expressão, enfim tornando-as presentes e utilizáveis para o processo educativo de todos os alunos. Incluir uma criança na escola regular significa

proporcionar a todos os alunos o aprendizado de conviver com a diversidade, sem anulá-la. Embora todos sabemos que a inclusão como imaginamos e idealizamos não é a mesma que vemos na prática.

Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão (FACION, 2009, p. 203).

Adotar uma filosofia inclusiva consiste em entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão.

Embora haja problemas com a igualdade e diferença no sentido de se perceber de que lado nós estamos, quando defendemos uma ou outra ficamos com a firme convicção de privilegiar a diferença concordando com Santos (1999): “Temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”.

A diversidade faz parte do conhecer humano.

De acordo com Lima (2006, p. 17):

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças.

Segundo Minetto (2008, p. 19):

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade; viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. A ação pedagógica conduz o indivíduo para a vida em sociedade, produzindo cultura e usufruindo-se dela. É certo que as modificações em todos os âmbitos da sociedade afloram as desigualdades, de modo a impulsionar discussões sobre as exclusões e suas consequências e lançar a semente do descontentamento e da discriminação social, evidenciando-se a necessidade de mudanças nas políticas públicas.

Para que a inclusão realmente aconteça são necessárias mudanças sociais, bem como um esforço mútuo de todos os profissionais da educação na busca pelo aprimoramento da prática educativa.

A escola não é apenas um espaço social de emancipação ou libertador, mas também é um cenário de socialização de mudança. A prática do currículo é geralmente acentuada na vida dos alunos estando associada às mensagens de natureza afetiva e as atitudes e valores. O currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico nas escolas.

Coll (2000, p. 45) define currículo de uma forma atual e objetiva:

Entendemos o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar os propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente traduzido em prática.

O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdos. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas (GOMES, 2006, p. 31-2).

É importante que o currículo seja organizado sempre de maneira a envolver professor-aluno; escola-comunidade; ensino-aprendizagem.

Uma escola inclusiva pode contar com um currículo aberto e mais flexível, e com objetivos bem definidos como uma ferramenta para promover o desenvolvimento, ao contrário do que tínhamos na escola de ensino tradicional em que o currículo era algo acabado, fechado, preservado e transmitido intacto às novas gerações, havendo grandes dificuldades de mudanças.

O desconhecimento e a busca de soluções imediatas para resolver o direito de todos à educação faz com que algumas escolas procurem soluções paliativas, que envolvem todo tipo de adaptação: de currículo, de atividades, de avaliação, de atendimentos que se destinam unicamente aos alunos com deficiência. Essas soluções, em muitas escolas consideradas inclusivas, continuam mantendo o caráter substitutivo da Educação Especial.

Conforme Batista (2006, p. 12): “Tais práticas educativas funcionam como um regulador da aprendizagem e estão baseadas nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem ‘o que falta’ ao aluno de uma turma de escola comum”.

O que podemos constatar é que ao adaptar currículos, selecionar atividades e formular provas diferentes, o professor interfere de fora, submetendo os alunos ao que supõe que eles sejam capazes de aprender, esquecendo com isso que, o aluno com deficiência deve ter oportunidade de crescer junto com o grupo para que realmente haja neste contexto uma inclusão. É importante lembrarmos que, o currículo inclusivo possui um caráter social que deve ser organizado com a participação do aluno levando em consideração o interesse de cada um.

Os recursos e as técnicas para fornecer informações e dirigir o currículo de uma maneira que os alunos tenham não somente as habilidades e as oportunidades, mas também a motivação e o foco para dirigirem as suas necessidades de aprendizagem, são os desafios do professor.

Segundo Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas potencialidades de incorporá-lo ao que já conhece.

É preciso que a escola deixe de ser mero executor de currículos e programas determinados, para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequadas ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos alunos, considerando suas potencialidades e necessidades.

Atualmente, o currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, a determinada sociedade e as relações com o conhecimento. Nesse sentido, a educação e currículo são vistos intimamente envolvidos com o processo cultural, como construção de identidades.

Uma escola inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP). Através do PPP podemos identificar que tipo de escola queremos juntamente com o corpo docente, a comunidade que o cerca e a sociedade. É fundamental que sua elaboração acompanhe a história de um povo, as modificações que ocorrem constantemente na sociedade, a legislação que norteia a educação em todos os níveis nos aspectos sociais, políticos, culturais e antropológicos.

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas, a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social (MINETTO, 2008, p. 32).

Para a Constituição Federal é assegurado o direito à educação a toda a população indiscriminadamente. Sendo que de acordo com o MEC (2001): por educação especial, conforme especificado na Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica que assegure recursos educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

As adaptações curriculares, segundo o documento do MEC, compõe o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, inserindo-se na concepção de escola integradora defendida pelo MEC.

Vale observar que o referido documento “focaliza o currículo como ferramenta básica de escolarização” (p. 15), “organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e ação docente” (p. 31). “Já as adaptações curriculares são entendidas como estratégias e critérios de atuação docente” (p. 15).

Nessa reflexão Pacheco (2007, p. 81-85) manifesta que é preciso que a família e a escola estejam preparadas para iniciar e perseverar o processo de inclusão. Pois todo esse processo vai além de receber o aluno, ele precisa de atendimento e de continuação no processo de ensino-aprendizagem.

Incluir alunos com deficiência requer ajustes e modificações curriculares, envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem. Esse processo é concebido como um conjunto de procedimentos que visa

oferecer experiências de aprendizagem adequadas aos diferentes níveis de comunicação, de possibilidades motoras, cognitivas, socioemocionais e de vida diária, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos. É a escola que se modifica para que o aluno obtenha êxito na aprendizagem e adquira conhecimento.

Segundo Facion (2008, p. 118) não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim, é esta que deve tornar-se um espaço inclusivo, a fim de cumprir seu papel social e pedagógico na busca pela educação na diversidade.

O aluno com deficiência muitas vezes apresenta dificuldade de construir conhecimentos como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência e, em consequência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno.

Ajustes e modificações são necessários não apenas em decorrência das necessidades específicas dos alunos, mas porque os sistemas de ensino ainda fundamentam sua prática pedagógica em conceitos homogêneos.

O novo paradigma prega que a educação deve considerar a pessoa de forma integral, favorecendo o seu desenvolvimento global, com fim de incorporá-la ativamente na sociedade e para que isto realmente aconteça é importante que o professor compreenda e respeite as diferenças de seus alunos, possibilitando a inclusão educacional e social através de uma aprendizagem significativa.

Uma escola inclusiva tem muito a ver com um bom projeto pedagógico. Nada adianta somente ter uma escola com rampas e banheiros adaptados. Envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos tenham acesso às oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela Instituição de Ensino. Isso inclui o currículo, a avaliação, os registros dos alunos.

O simples fato de colocar alunos lado a lado, deficientes ou não, não garante, por si só, a manifestação de interações e formas de ajuda “positivas”, podendo mesmo ocorrer atitudes “negativas”. É, sem dúvida, enorme a capacidade dos alunos se ajudarem mutuamente. Mas para que esta capacidade se manifeste em toda a sua plenitude é necessário que os professores liderem o processo, encorajem e cooperem com os alunos.

De certo que a inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano.

Nesse contexto, a formação dos profissionais envolvidos com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Uma nova escola é perfeitamente possível, porque muitos são os professores que estão acreditando em outro modo de pensar a educação e de fazê-la acontecer na sala de aula, em que cada um tem a sua identidade respeitada e velhas práticas possam ser transformadas em novas oportunidades de aprendizagem, para todos os alunos.

Até um certo ponto, o professor sempre foi visto como a fonte do conhecimento, porém isso não tem mais lugar em nossa sociedade. As mudanças estão acontecendo cada dia mais para se esperar que informações pré-concebidas ou fatos serão suficientes para “satisfazer” os alunos de hoje.

A educação de deficientes permite aos professores reverem sua própria formação, os seus referenciais teóricos-metodológicos, os incentivando face ao enfrentamento da diversidade social e das diferenças de seus alunos, a buscar uma formação continuada e, acima de tudo uma transformação da cultura pedagógica.

É preciso, ainda, que muitos professores tenham oportunidades para refletir sobre as propostas de mudanças que mexem com seus valores, com suas convicções, sua prática profissional e também com seu cotidiano, porque sair do que era durante tanto tempo convencional, nos desestabiliza.

Deve ficar claro que bons mediadores de classe são fruto de aprendizagem, eles não nascem bons. Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muito pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemáticas. Entretanto, a maioria dos professores precisam de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas (STAINBACK, 2008, p. 336).

Como sabemos a falta de preparo dos professores é um empecilho, mas não é fator determinante para que não haja inclusão de alunos deficientes em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos – professor e alunos – resulta em reconhecer possibilidades e limitações dos dois lados. E, conhecendo as características físicas, cognitivas, afetivas e sociais que definem esses alunos, auxilia-os em seu desenvolvimento cultural.

A inclusão pode ser uma faca de dois gumes. Pode ser algo maravilhoso para o crescimento de todos, mas pode ser motivo de sofrimento de muitos se não estiver bem estruturada (MINETTO, 2008, p. 98).

Os professores colocam seu temor, diante do sistema educacional e social inclusivo, de serem cobrados e avaliados como incapazes ao não conseguirem atingir o objetivo de ensinar ou mesmo trabalhar com os alunos com deficiência. A forma como o professor vê o seu aluno acaba muitas vezes por determinar a sua interação com ele, seu desempenho como estudante e de suas possibilidades de aprendizagem. Estas representações são conhecimentos construídos na experiência escolar, mas que não é tão facilmente observável para o professor quanto a absorção dos conteúdos curriculares.

A inclusão realmente acontecerá de forma a melhorar a qualidade de ensino e a aprendizagem quando houver por parte de professores, diretores, orientadores, supervisores, pais e demais comunidade escolar uma capacidade de ousar e pensar diferente.

De acordo com Minetto (2009, p. 48):

Há a constatação de que os currículos dos cursos de formação de professores na maioria dos Estados trata as dificuldades de aprendizagem e deficiência de forma muito restrita e frequentemente no último ano, impedindo que haja maior familiarização com o assunto, justificando o despreparo do professor, do ensino fundamental.

Esse é um dos motivos que torna-se necessário que haja, por parte dos professores uma constante busca de aperfeiçoamento e de troca, com o objetivo de acompanhar o movimento evolutivo em que vivemos, revendo, refletindo e aperfeiçoando a prática pedagógica para compreender, respeitar e atender as diferenças.

Trabalhar os professores para a nova realidade de inclusão, através de palestras, oficinas ou trocas de experiências entre profissionais é fundamental. Transmitir-lhes informação, conhecimento, desenvolver habilidades e incentivar atitudes; como tratar, falar ou não da deficiência, oferecer ou não ajuda, Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), acessibilidade, enfim, o dia a dia e o convívio com as diferenças em sala de aula são fundamentais.

Sabemos que não existe um modelo de ensino que dê certo para todos. Portanto, a busca do professor para estabelecer um canal de comunicação e aprendizagem com cada aluno é constante e muito particular às especificidades de cada um.

É preciso pensar no que o aluno necessita para sua vida, no que é realmente importante para ele aprender na escola. Não há por que ensinar algo que seja insignificante

para o aluno com deficiência, já que ele mais do que ninguém precisa aprender coisas significativas.

Segundo Minetto (2008, p. 103-104) “o manejo adequado da turma também é uma capacidade que precisa ser aprendida pelo professor”.

A autora salienta ainda que algumas situações são importantes para que se consiga desenvolver um bom trabalho em sala de aula, para que sejam respeitadas as diversidades:

- afetividade e carinho são a base da aprendizagem;
- preparar os colegas de turma para receber o aluno com deficiência destacando o respeito às diferenças e as inteligências múltiplas;
- ter domínio da turma e manejo eficiente;
- usar recursos ou tecnologias assistivas para facilitar o trabalho;
- desenvolver atividades em grandes ou pequenos grupos, favorecendo o trabalho e a aprendizagem do aluno;
- organizar atividades individuais – promovendo autonomia;
- flexibilidade na distribuição do tempo.

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem.

É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

O professor deve ter a predisposição para enxergar o indivíduo real, com todas as suas potencialidades e possibilidades como qualquer outro ser humano. Todos somos diferentes, com características particulares e individuais em busca de aceitação, de parceria e de reconhecimento, em um contexto de igualdade de oportunidades e não de reprodução em série de indivíduos iguais, sendo o papel da educação criar condições para que a criança construa conhecimentos e se desenvolva enquanto cidadão conhecendo seus deveres e aprendendo a lutar pelos seus direitos.

Lembrando que, todos os indivíduos possuem potencialidades a serem desenvolvidas. Compreendemos que o professor, com sua sabedoria e prazer de ensinar, pode criar situações e adaptações tais que os comprometimentos não impeçam o potencial criador das pessoas com deficiência, que são diferentes, mas não querem ser transformados em desiguais, pois as suas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais.

Quando todas as escolas tiverem condições de incluir, de respeitar e de trabalhar com todas as diferenças num processo de igualdade de oportunidades, certamente aqueles que hoje são considerados menos favorecidos pelo sistema educacional, político e social poderão ter melhores condições de acesso e de participação efetiva não somente à educação, como ao trabalho e ao lazer, assim como a todas as mudanças estruturais necessárias que garantam seus direitos de cidadãos.

Para que a inclusão aconteça, realmente, não temos receitas de como fazer, porém vivemos em um tempo de transformação positiva do sistema educativo onde vem se discutindo e refletindo as desejadas práticas, baseando-se em experiências e estudos de vários educadores interessados nessa mudança.

As possibilidades de uma escola realmente inclusiva, que respeite todas as diferenças, dando oportunidade a todos, dependem da seriedade com que trabalhamos cada fase do aprendizado da criança.

Nós professores somos centros de estimulação que devem possibilitar mudanças significativas em nossos alunos. A aprendizagem da criança deficiente muitas vezes é lenta e o profissional que com ela trabalha deve ser perseverante e organizado no que se propõe. “A boa relação” entre o professor e o aluno é fundamental, deve estar claro para ambos, os papéis de cada um na escola. O professor é a referência que o aluno precisa. Não somos apenas instrutores, e nossa conduta e nossa formação é de grande importância como formadores de atitudes e valores.

Portanto, na escola, principalmente o professor desempenha um papel bem relevante nesse processo, tendo claro que a inclusão do aluno deficiente no ensino regular não acontece como um passe de mágica. É uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação.

Todos os profissionais da educação precisam estar atentos para as particularidades dos alunos com deficiência, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos que os demais alunos dentro de uma sociedade igualitária.

Faz-se urgente enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza. Por isso, é necessário promover uma reforma estrutural e organizacional de nossas escolas. Criar uma escola capaz de oferecer condições de aprender, na convivência com as diferenças, desenvolvendo assim um cidadão pleno.

A inclusão não tem um fim, pois ela representa, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança conceitual e nos valores culturais para as escolas e para a sociedade como um todo.

E que a escola seja realmente um lugar onde não são observadas diferenças, tais como, cor, credo, raça, potencialidades, limites, etc., é preciso que realmente a escola seja um local de aprendizagem da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse momento da pesquisa surge a partir de uma caminhada de investigação e de diálogo com diversos autores, não aponta para um encerramento, mas sim para a possibilidade de novos questionamentos, assim apresento a seguir algumas considerações.

No Brasil, a política de inclusão escolar e social é reconhecida a partir do direito de todos os alunos matricularem-se na rede regular de ensino, de qualquer estado ou município. Essa política determina que as escolas devam estar aptas a trabalhar com as diferenças. No entanto, o que se observa é que a adaptação desses alunos é muito difícil. Principalmente, pela má preparação dos professores e conseqüentemente, de toda a instituição.

Felizmente, o número de brasileiros que apresentam alguma deficiência e buscam as escolas regulares está aumentando. O aumento da chamada educação inclusiva está aumentando a cada ano que passa, procurando se fortalecer e se consolidar.

A recomendação para que pessoas com deficiência sejam educadas na rede regular de ensino está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

A inclusão cresce realmente a cada ano e o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos também acompanha esse crescimento. O que se busca é uma escola em que os alunos aprendam a conviver com a diferença e se tornem cidadãos solidários. O professor é fundamental nesse processo, pois é ele quem conduzirá sua aula para que essa realidade aconteça.

A Educação Inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos, igualmente, o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos. Esse é um processo que se desenvolverá a partir de desafios a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos os educandos em escolas de ensino regular. A escola deve ser um lugar onde essas crianças desenvolvam a sua autoconfiança para que possam falar sobre seus

desejos sozinhas, sem que outra pessoa diga isso por elas, construindo um futuro dentro de suas ocupações sociais, juntamente com seus colegas.

Percebe-se que atitudes discriminatórias persistem na sociedade devido à falta de informação e a pouca convivência com o diferente. A resposta educativa à diversidade e a igualdade em educação é, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da atualidade.

Concretizar realmente a inclusão é um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Tais mudanças não são tão simples e fáceis já que as pessoas beneficiadas foram historicamente injustiçadas, marginalizadas e excluídas da sociedade, e, em consequência, da escola.

Alcançar os objetivos da prática educativa requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

A falta de preparo dos professores é um empecilho, mas não é fator determinante para a não-integração do aluno com deficiência em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos – o que ensina e o que aprende – resulta em reconhecer possibilidades e limitações entre ambos.

É importante que os todos os alunos de uma sala de aula, com deficiência ou não recebam um atendimento diferenciado já que todos nós temos “nossas limitações”.

Os profissionais da área da educação precisam estar atentos para as particularidades da aprendizagem de cada aluno com deficiência, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos de todos os demais alunos dentro de uma sociedade igualitária.

É fundamental que se compreenda que a inclusão de qualquer cidadão com deficiência ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, após na escola, com todos os seus segmentos: funcionários, educadores, orientação, direção e também os órgãos governamentais.

Na esfera social é imprescindível destacar a necessidade de serem revistas a concepção sobre o aluno com deficiência e o papel da escola, seja pelas pessoas individualmente, pela família, por grupos organizados para resguardo da cidadania, pelos serviços estruturados, pelas campanhas de esclarecimento da população, etc., e, ainda é preciso redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos, da ação

governamental global, dos investimentos financeiros, etc., a partir da visão dinâmica das condições da pessoa com deficiência.

O aluno com deficiência não deve ser estigmatizado como aquele que não aprende e que não tem nada a ensinar. Como cidadãos de uma sociedade que se diz democrática, deve-se defender uma educação de qualidade e igualitária. E essa procura não permite qualquer exclusão, sob qualquer pretexto. No entanto, é preciso também que, para além dos ideais e das garantias legais, procure-se conhecer as condições reais de nossa educação escolar, principalmente a pública e obrigatória. A partir daí poderemos identificar e dimensionar os principais pontos da mudança necessária para o alcance da qualidade que se espera da educação escolar.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que abrigue e aprecie a diversidade humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam seu potencial.

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento. Estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança, fazendo com que chegue à idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade.

Realmente é possível um outro modelo de educação e de escola, onde todas as crianças possam conviver e estudar juntas, movidas pela solidariedade, cooperação e amizade.

A família, é o primeiro grupo que pertence o indivíduo e onde ele tem a oportunidade de aprender através dos conhecimentos adquiridos, seja de forma positiva: afeto, estímulo, apoio, respeito, sentir-se útil; e negativa: frustrações, limites, tristezas, perdas, todas elas são fatores resultantes de singular importância para a formação da personalidade de qualquer criança, com deficiência ou não.

Toda família, seja com uma criança com deficiência ou não, tem uma maneira particular de tratá-la. Em geral, quando chegam à escola, mostram-se receosos, preocupados, ansiosos, pois, muitos deles recém irão tomar conhecimento que a criança apresenta alguma deficiência e temem que seus filhos sejam discriminados.

Quando a família se sente apoiada pela escola, esse sentimento se reflete também sobre a criança, criando um clima favorável ao trabalho. Os pais precisam se sentir tão incluídos quanto seus filhos.

É fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com deficiência estão envolvidos, além da própria criança, seus pais e os educadores. Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças.

Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e se renovando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria CENESP/MEC**, Brasília, n. 69, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J.; STOBAÛS, C. (orgs.). **Educação especial**: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVAA, 2004.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. **Currículo, conhecimento e cultura**. Ministério da Educação, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna.

MELERO, M. L. **Diversidade e cultura**: uma escola sem exclusões. Espanha: Universidade de Málaga, 2002.

PACHECO, J. (org.). **Caminhos para inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações curriculares**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 135, jan. 1999.

SILVA, T. T. da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, C. (org.). **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não existisse aí? DP&A Editora, 2003.

STAINBACK, S. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZILIOOTTO, G. S. **Educação especial e educação inclusiva: fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais.** Curitiba: IBPEX, 2007.